

Artur Cristóvão *

Para a valorização dos recursos naturais do vale do Douro**

SUMÁRIO

Esta reflexão sobre a valorização de recursos naturais desdobra-se em sete pontos. Nela se referem, em primeiro lugar, as *tendências de evolução do discurso e das políticas* em matéria de desenvolvimento, agricultura e ambiente. Posteriormente, assinalam-se alguns *obstáculos à concretização de medidas de efectiva valorização dos recursos naturais*, nomeadamente, os processos de declínio e desvitalização das áreas rurais, que implicam usos diferentes dos recursos e extinção de saberes populares e práticas ancestrais, as culturas enraizadas de desordenamento do território e degradação ambiental, e a conflitualidade latente no Douro, com reflexos na gestão e uso de recursos naturais e do património em geral. Finalmente, sugerem-se *pistas de reflexão tendo em vista a adopção de novas práticas de valorização dos recursos naturais*, nomeadamente a necessidade de uma visão global sobre o território e de intervenções de novo tipo, centradas na pluralidade de actores. Como pano de fundo da reflexão está o *Vale do Douro*, esse espaço de enorme «património multidimensional, 'construído' durante décadas pela acção do homem sobre a natureza» (CCMT, 1998). Vale do Douro cujo desenvolvimento *exige entender o património cultural em toda a sua espessura*, que contempla as vertentes humana, ambiental, agrícola e histórico-cultural.

* Professor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Departamento de Economia e Sociologia.

** Texto revisto da comunicação apresentada ao Seminário sobre «Estratégias de Valorização de uma Paisagem Cultural – O Vale do Douro», organizado pela Fundação Rei Afonso Henriques e realizado em Zamora nos dias 14 e 15 de Outubro de 1999. O autor agradece os comentários críticos e sugestões do seu colega José Portela face à primeira versão do texto, os quais contribuíram para o seu enriquecimento.

1. A PASSAGEM DO ECONOMICISMO A UMA ECONOMIA ECOLÓGICA, VALORIZADORA DOS RECURSOS NATURAIS, É UM PROCESSO COMPLEXO E GRADUAL

É impossível isolar as transformações ocorridas no mundo, nas últimas décadas, do pensamento, das políticas e das práticas de desenvolvimento e, naturalmente, da sua constante evolução. Ao longo dos anos os temas centrais desta problemática têm mudado, sendo visível a emergência de novas perspectivas e preocupações. A questão do crescimento económico tem sido marcante. Assim, o pensamento dominante nas últimas décadas, bem como as respectivas políticas e práticas, têm equacionado o desenvolvimento como crescimento, sendo este normalmente medido através de indicadores como o Produto Nacional Bruto (PNB) ou o PNB *per capita*. Na raiz desta perspectiva está a revolução industrial, o avanço do capitalismo e o progresso tecnológico.

As análises críticas do paradigma do crescimento não têm faltado, nem são recentes, embora tenham subido de tom e dado origem à emergência de novas questões. Amaro (1990, 451-453), numa análise sobre o conceito dominante de desenvolvimento, ressaltou um conjunto de mitos que o marcam, nomeadamente: o economicismo; o quantitativismo; o industrialismo; o produtivismo; o tecnologismo; o consumismo; a massificação; o etnocentrismo; o urbanismo; o racionalismo; e o individualismo. Korten (1990, 36), em relação ao chamado desenvolvimento como crescimento, salientou o consumo extravagante dos recursos por ele imposto, a favor de uma minoria, e destacou o pouco reconhecimento dos custos sociais e ambientais dele derivado.

Por oposição à perspectiva do crescimento económico, têm surgido múltiplas propostas, colocando o acento na distribuição e equidade, bem como na necessidade de um desenvolvimento sustentado e centrado nas pessoas. Dahrendorf (1995) propõe-nos «oportunidade económica (para todos), (uma) sociedade civil (activa) e (ampla) liberdade política», Korten (1990) «uma sociedade justa, sustentável e inclusiva» e Friedmann (1992) uma «democracia inclusiva e (um) crescimento sustentado».

Max-Neef (1992), no seu artigo intitulado «Chamar Desenvolvimento a um Suicídio Colectivo!!», apresentado pouco tempo antes da conferência do Rio, faz uma análise crítica do economicismo subjacente ao desenvolvimento como crescimento, apresentando dados pungentes sobre o estado do Planeta e propondo uma *economia ecológica*, isto é, uma economia ao serviço da vida «e não, como tem sido regra neste século, a vida ao serviço da economia». Nesta economia ecológica a preservação e valorização sustentada dos recursos naturais constituem valores essenciais. A questão de fundo é que a transição para esta nova economia é um processo complexo e gradual que exige um constante *repensar* e

questionar de políticas e práticas e, porventura, compo sublinha Santos (1998, 44-48), a construção de um «novo contrato social», bastante diferente do da modernidade, «... muito mais inclusivo porque deve abranger não apenas o homem e os grupos sociais, mas também a natureza».

2. O PESO DA AGRICULTURA MODERNA É INSUSTENTÁVEL¹

A perspectiva do desenvolvimento como crescimento traduziu-se, no campo da agricultura, pela industrialização, com recurso a tecnologias mecânicas, químicas e biológicas, e pela integração mercantil. O campo foi visto, em termos gerais, como fonte de mão-de-obra para a indústria e de excedentes agrícolas para apoiar a economia.

Em particular a partir dos anos 60, foi feito um esforço para transformar a agricultura de subsistência numa agricultura produtiva e eficiente, capaz de emparceirar com a indústria. Muitos países optaram por uma estratégia bimodal, encorajando o crescimento de um subsector agrícola moderno e comercial, baseado em grandes empresas e na utilização de tecnologias de capital intensivo, e ignorando/marginalizando o subsector dito tradicional e de subsistência.

Na modernização da agricultura são bem visíveis o economicismo, o tecnologicismo, o produtivismo e a massificação referidos por Roque Amaro (1990, 451-453). A agricultura de muitos países e regiões foi «varrida» por uma forte «corrente modernizadora», sustentada por políticas e apoiada por esforços em áreas como a investigação, a extensão rural, o ensino, a formação e o crédito agrícola. Hoje, porém, *o peso da agricultura dita moderna ou industrial é para muitos considerado insustentável*, nomeadamente tendo em conta três ordens de factores: 1) os custos financeiros inoportáveis; 2) os pesados custos ambientais; e 3) a crise generalizada do mundo rural.

Entre os custos ambientais podem destacar-se: 1) a degradação dos solos, devido ao seu uso de formas inapropriadas e exageradamente intensivas; 2) a destruição de habitats naturais, diminuição da biodiversidade animal e vegetal e os danos à paisagem, relacionados com o crescente recurso ao monocultivo, a exigência de áreas de cultivo maiores e mais uniformes e a sobrevalorização de espécies vegetais e animais exógenas; 3) a poluição da água e do ar, sobretudo por agroquímicos, nitratos dos fertilizantes e resíduos de explorações pecuárias intensivas; e 4) o consumo excessivo de energias não renováveis, derivado da crescente mecanização e motorização das práticas agrícolas e da utilização de

¹ Este ponto baseia-se substancialmente na análise apresentada no artigo de Cristóvão e Pereira (1995) sobre as potencialidades da agricultura biológica em Trás-os-Montes.

compostos de síntese, que foram substituindo, respectivamente, o trabalho manual e a utilização de fertilizantes orgânicos produzidos localmente.

Diversos movimentos contra a corrente se manifestaram ao longo dos tempos. Um deles foi o da agricultura biológica, defensora de métodos naturais de produção, protectores do ambiente e da saúde humana. Outras agriculturas resistiram, nomeadamente as ligadas ao minifúndio e às logicas de produção camponesa.

Hoje é politicamente reconhecido o conceito e a prática de *uma agricultura sustentável*, que engloba um conjunto de formas de agricultura consideradas, em graus diversos, «amigas do ambiente», incluindo a protecção integrada, a produção integrada e a agricultura biológica, passando pelas formas ditas tradicionais de agricultura, baseadas nos saberes locais, com carácter predominantemente extensivo e recorrendo a poucos ou nenhuns factores de produção externos. Na verdade, foram estas agriculturas tradicionais que, ao longo de gerações, construíram paisagens notáveis e agroecossistemas relativamente equilibrados, como os do Douro.

As orientações mais recentes da Política Agrícola Comum (PAC), no sentido da extensificação dos sistemas de agricultura, do aproveitamento dos valores locais e da protecção do ambiente, são um importante elemento facilitador de novas visões e práticas agrícolas e de valorização dos recursos naturais. São, igualmente, um factor de renovação das agendas de investigação agrária e de intervenção no desenvolvimento agrário e rural. O paradoxo, contudo, é *que o esforço esmagador da PAC e da generalidade das políticas agrícolas, à escala global, continua a dirigir-se para a tal agricultura moderna, fortemente intensiva, sendo tudo o resto, nomeadamente o que se destina a apoiar práticas amigas do ambiente, as chamadas medidas agroambientais da UE, pouco mais do que migalhas orçamentais.*

3. A CRISE RURAL GEROU NOVAS VISÕES SOBRE OS RECURSOS E A SUA VALORIZAÇÃO²

A crise da agricultura e o declínio dos espaços rurais têm conduzido a uma crescente preocupação com a *diversificação das economias rurais* e, logicamente, a novas perspectivas quanto à valorização dos recursos locais, naturais e outros.

A ideia de diversificação da economia rural está hoje muito associada com o reconhecimento de que o espaço rural é bem mais do que um simples fornecedor de alimentos. É, no fundo, um *espaço multifuncional*. Num artigo recente, Viard (1997, 16-17) diz mesmo que o espaço rural tem hoje uma nova legitimidade,

² Este ponto segue de perto a reflexão apresentada por Cristóvão (1998) ao Seminário sobre «Agricultura e Desenvolvimento Rural», promovido pela Comissão Parlamentar de Agricultura.

identitária, e não a legitimidade alimentar do passado. Esta nova legitimidade, fundada na percepção do campo (sobretudo para os urbanos) como símbolo de liberdade, paisagem, beleza e saúde, oferece potencialidades que o mundo rural deve explorar a seu favor.

Assumir o campo como espaço multifuncional implica uma lógica de identificação e valorização dos recursos existentes, do chamado potencial endógeno (o que quase sempre exige a combinação/articulação com recursos externos). Isto por oposição a políticas do passado, que conduziram a uma apreciação muito selectiva dos recursos, o que levou a que muitos fossem desvalorizados, subestimados, erodidos, até destruídos. Lembremos os esforços de homogeneização e massificação da agricultura, que estimularam a extinção de espécies e variedades e o declínio dos patrimónios ambiental e cultural.

Quando hoje falamos de recursos, imaginamos um amplo espectro de elementos, que inclui antigos, actuais e novos produtos agrícolas e agro-industriais (alimentares e não alimentares), paisagem, fauna e flora, rios e albufeiras, montanhas e vales, caça e pesca, rochas e minerais, águas minero-medicinais, património arqueológico e histórico, arquitectura popular, tradições, artesanato, gastronomia, linhas férreas antigas, solares e casas rurais, miradouros, parques e reservas naturais, feiras, festas e romarias, música, teatro e poesia popular.

A sua valorização é um exigente exercício de imaginação e criatividade, que envolve múltiplos actores, medidas e acções, como o estudo dos recursos de cada território (os que existem e os que já existiram e que poderemos recuperar), a certificação e o controlo de qualidade (DOP, IGP, ERG), a transformação e embalagem, o *design* e *marketing*, a comercialização, a informação e formação dos agentes envolvidos e a organização de dispositivos institucionais criativos e flexíveis. Tal lógica é consonante com o apelo a *políticas e intervenções territorializadas*, isto é, que partam da leitura e compreensão de um dado território e pensam o seu desenvolvimento de forma global e integrada, perspectivando a criação de sinergias entre sectores, a articulação entre o social, o cultural, o económico e o ambiental, e as ligações local-global (Cristóvão, 1999).

4. O DESPOVOAMENTO É INIMIGO DA VALORIZAÇÃO DOS PATRIMÓNIOS

O declínio populacional que tem caracterizado as áreas rurais do interior de Portugal, do qual o Douro, em termos gerais, não escapou, é, por diversas razões, um forte inimigo da valorizações dos recursos naturais, pois atinge todas as dimensões da vida de um território (social, económica, política, cultural e ambiental). No fundo, como sublinhou R. Magalhães, «espaço abandonado é espaço que empobrece» (CCMT, 1998).

Menos gente, nomeadamente nas aldeias e nos campos, significa, por exemplo, *menor intensidade ou outros padrões de uso de recursos*, por exemplo das florestas e das matas, o que implica formas e ritmos diferentes de crescimento da flora, no limite desordenados, colocando em risco equilíbrios há muito construídos e mantidos. A ruptura de tais equilíbrios é factor de acidentes, como, por exemplo, os frequentes e temidos fogos estivais. Também algumas áreas de agricultura, nomeadamente de cerealicultura, tendem a ser abandonadas, em especial as consideradas menos produtivas ou marginais, dando lugar a incultos, com implicações para a vida de espécies animais. Outras vezes, são substituídas por plantações florestais, frequentemente de espécies de crescimento rápido, menos exigentes em mão-de-obra mas com impactes ambientais discutíveis.

Menos gente significa, cada vez mais, dada a idade avançada dos que ficam e a juventude dos que saem, a *dificuldade ou impossibilidade da transferência intergeracional de saberes populares*, muitas vezes instrumentais para a valorização dos recursos locais, naturais e outros. São os saberes sobre as culturas, os animais e os sistemas agrícolas e florestais, sobre a fauna e a flora bravias, sobre os rios, os solos, o fabrico de queijos, enchidos e artesanato, sobre as riquezas e as agruras do quotidiano agrícola e rural. Tais saberes, sublinha Portela (1994, 276-277; 1995: 24), «desafiam e auxiliam a própria ciência e constituem a rocha-mãe do desenvolvimento», pelo que o seu desaparecimento é sintoma de mais empobrecimento³.

Ao nível mais global, começa a ser preocupante, sobretudo nas zonas mais periféricas, a *falta de capacidade empreendedora e de tomadores de iniciativa*, decorrente da rarefacção demográfica e da desvitalização do tecido social e da economia, assim como é notória a dificuldade em articular projectos e empresas, dando corpo a estratégias integradas de valorização de diversos recursos, por exemplo, paisagem, vinhos e produtos agrícolas locais, artesanato e turismo (Cristóvão, 1998).

Contudo, no Douro, o que parece ser paradoxal é a incapacidade para tirar partido da riqueza, fixando as gentes ao território e aumentando o seu bem estar. Na verdade, como diz Barreto (1993, 104-105), ao analisar a aparente contradição entre o florescente negócio do vinho e a falta de desenvolvimento do Douro: «quase 20 anos de formidável expansão do seu principal produto não criaram, na região, riqueza, oportunidades, emprego e prosperidade suficientes para inverter a desertificação. A verdade é que, uma vez mais na História, os principais benefícios foram para fora do Douro: comerciantes, técnicos e trabalhadores de Gaia e

³ O mesmo autor salienta também que o saber local tem garantido a persistência e o desenvolvimento dos sistemas agrários de Trás-os-Montes e contribuído para a manutenção da diversidade do capital biológico e da paisagem (1994, 276).

do Porto, proprietários residentes no litoral e empresas multinacionais. Ao Douro, faltaram empresários, técnicos, dirigentes, comerciantes e industriais que soubessem melhor aproveitar os anos de crescimento e preparassem o futuro. Em poucas palavras, ao Douro faltou poder político, representação de interesses e classes médias e dirigentes locais». Em suma, se o despovoamento é inimigo da valorização do património, também a valorização do património não é condição necessária e suficiente para inverter a tendência para a repulsão populacional.

5. A CULTURA DOMINANTE GERA DESORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Outros perigos e obstáculos ensombram as estratégias de valorização do potencial endógeno do Douro, em todas as suas vertentes. Ao nível do ambiente e da paisagem, com reflexos em diferentes tipos de turismo, é ainda notória a «falta de cultura de ordenamento do território e de protecção do património», que se traduz na: «ocupação indiscriminada do solo, provocando disfunções no uso e aptidão; adulteração dos valores da paisagem, em termos visuais; intensificação dos usos urbano-industriais desordenados; e poluição» (CCRN, 1998:101).

Quem percorre o Douro encontra múltiplos vestígios daquilo a que podemos, talvez, chamar uma *cultura de desordenamento do território e de degradação ambiental*: falta de tratamento de efluentes; lixeiras a céu aberto; deterioração rápida de muito património histórico-cultural, nomeadamente zonas históricas, igrejas, casas senhoriais, pelourinhos, fontes, cruzeiros, alminhas, etc.; núcleos urbanos descaracterizados pela construção desordenada e desregulada; edifícios agrícolas dispersos, como novos armazéns e adegas, que agridem a paisagem pela cor e materiais usados; destruição de muros de suporte e de construções antigas bem integradas no ambiente.

Numa escala diferente, podem também questionar-se as grandes obras de gestão dos recursos hídricos da Bacia do Douro. A este propósito, Cortes (CCMT, 1999) aponta vários aspectos críticos: 1) o desaparecimento da maior parte das espécies autóctones e o aparecimento de espécies exóticas, em consequência da construção das barragens; 2) o impacto ambiental negativo resultante da construção de mini-hídricas em pequenos cursos de água, algumas localizadas em zonas protegidas; 3) o decréscimo da qualidade da água do Douro e seus afluentes; 4) a falta de uma gestão conjunta da bacia por parte de Portugal e Espanha.

É claro que a responsabilidade por tantos e tão diversos atentados à paisagem cultural duriense é de muitos agentes, do Estado, ao mais alto nível, ao cidadão das vilas e aldeias, passando por técnicos, professores e autarcas, sendo necessário actuar, urgentemente, no sentido de uma *mudança de valores* e da *construção*

de novas atitudes e comportamentos. Caso contrário, a maior ou menor prazo, estaremos perante um paradoxo: o assassinato da «galinha dos ovos de ouro», ou seja, a delapidação irreversível de todo um património que nos foi legado pelas gerações anteriores.

Um ponto de partida poderá ser o reconhecimento de que nem ordenamento do território nem conservação do ambiente são funções propriedade do Estado. Na verdade, a experiência alheia de ordenamento e valorização do território, nomeadamente em regiões vitícolas alemãs sujeitas a processos de reestruturação fundiária, demonstra com clareza que as práticas paternalistas, rígidas e autoritárias do Estado e das suas instituições não produzem bons resultados. Pelo contrário, o caminho passa, sobretudo, pela *corresponsabilidade Estado-cidadãos*, baseada no diálogo e na criação de parcerias que permitam gerar motivação colectiva e sustentabilidade dos projectos (Portela et al. 1988, 96-99)⁴.

6. O DOURO É PALCO DE TENSÕES E CONFLITOS DE VISÕES E INTERESSES

Não existe hoje uma visão para o desenvolvimento do Douro, nem uma estratégia ou projecto para a valorização da sua paisagem cultural. Pelo contrário, podemos afirmar que o Douro é palco de tensões e conflitos de visões e interesses, assim como espaço de profundas clivagens sociais.

Lembramos um, bem recente, mediático e mobilizador de atenções e paixões: a construção ou não da barragem de Foz Côa, a preservação ou não das gravuras rupestres do Vale do Côa. Neste caso, a cultura venceu, embora não tenha ainda convencido muitos, pois falta, porventura, construir e afirmar um projecto de desenvolvimento em torno do valioso património arqueológico da zona, integrador de todos os seus recursos. Tal implica uma continuada negociação entre os actores locais – autarcas, agricultores, operadores turísticos, comerciantes, artesãos, arqueólogos, agentes culturais, etc. –, e com os actores externos, que possibilite compatibilizar interesses, remover barreiras e concretizar iniciativas.

Mas muitos outros conflitos ou focos de potenciais conflitos poderiam ser citados: as desigualdades na distribuição da riqueza, derivada, nomeadamente, da enorme disparidade na distribuição da terra, coexistindo no Douro uma massa de

⁴ Neste trabalho os autores destacam diversas vertentes da corresponsabilidade Estado-cidadãos na concretização de projectos de reestruturação fundiária, como a negociação permanente entre técnicos, autarcas e viticultores beneficiários e a co-participação financeira na concretização de iniciativas. Salienta-se a existência, ao nível das instituições públicas e dos seus agentes, de uma perspectiva integrada dos problemas e de uma atitude valorizadora dos actores locais.

assalariados e muito pequenos proprietários com um pequeno número de grandes patrões (Barreto, 1993; Bennema, 1996; Portela et al., 1988)⁵; o complexo problema da gestão dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, que tem animado aceso debate entre Estado, forças políticas, empresas hidroeléctricas e grupos ambientalistas, de ambos os lados da fronteira; a tensão entre a modernização das vinhas, tendo em vista a diminuição dos elevados custos de produção, e a preservação da tipicidade da paisagem vitícola, um dos emblemas principais da região; o elevado número e a enorme diversidade de actores implicados na produção e comercialização de Vinho do Porto (produtores de tipos diferentes, adegas cooperativas, comerciantes, instituições como o IVP, CIRDD, Casa do Douro, Associação de Exportadores, Associação de Viticultores-Engarrafadores, consórcios comerciais, etc.), com interesses, estruturas, papéis e comportamentos muito diferenciados, sendo notória a instabilidade de relacionamentos e a co-existência de relações de cooperação e concorrência entre muitos deles (Brito, 1996: 267-268).

No fundo, são estes conflitos, tensões e diversidade de visões e a sua progressiva evolução e resolução, através de equilíbrios mais ou menos estáveis, que fazem viver a região, criando dinâmicas de mudança. Uma questão crítica é a *criação de plataformas de negociação e entendimento entre actores*, nomeadamente quanto às estratégias a seguir e às acções a desenvolver para a efectiva valorização do património cultural do Vale do Douro, em toda a sua espessura, com *equidade e sustentabilidade*. Os progressos no domínio do interprofissionalismo vitivícola, assim como a emergência e organização dos produtores-engarrafadores, parecem-nos bons indícios. Contudo, são largamente insuficientes.

7. A VALORIZAÇÃO DOS PATRIMÓNIOS EXIGE UMA VISÃO GLOBAL E INTERVENÇÕES DE TIPO NOVO

O Círculo Cultural Miguel Torga promoveu recentemente um conjunto de debates sobre o Douro, procurando analisar este complexo território nas suas diferentes facetas, a partir da perspectiva de múltiplos actores. Os diferentes debates sobre os patrimónios da região – natural, histórico-cultural, arquitectónico e urbanístico – produziram uma *retrato pouco animador* da situação, que claramente *desafia as capacidades e os estilos de intervenção* de muitos agentes. Citamos alguns exemplos (CCMT, 1999):

⁵ Portela et al. (1988, 106) salientam, através de um conjunto de questões críticas, que o Douro possui várias «faces», algumas das quais deveriam ser motivo de preocupação e vergonha por parte dos poderes públicos. Assim, por exemplo, coexistem riqueza e pobreza, extraem-se riquezas da região sem se cuidar da sua redistribuição a nível regional e local e não se cuida da educação, formação profissional e condições de vida e de trabalho da maioria dos seus cidadãos, os pequenos agricultores.

- 1) No caso da arquitectura civil e religiosa dos séculos passados, o Douro está por estudar, e sem este estudo não estão criadas condições para realizar de intervenções sérias, havendo riscos de rápida deterioração dos edifícios e das terras;
- 2) No caso da talha dourada e policromada, apesar dos progressos das duas últimas décadas, os problemas são inúmeros e variados: muitas peças de museu não têm registo, ignorando-se a sua origem; o estado do património das igrejas é caótico, sendo muito insuficiente a formação histórico-cultural da classe eclesiástica; faltam especialistas e técnicos de restauro; em matéria de política de conservação, não há clareza de prioridades, nem calma e sensatez em muitas intervenções;
- 3) No caso da arquitectura e do urbanismo recentes, é notória a falta de orientação e de qualificação dos projectos, há um claro défice de intervenção das autarquias (ou uma intervenção negativa), é grande a falta de técnicos com formação e sensibilidade adequadas e verifica-se a ausência de diálogo entre os actores envolvidos na construção da paisagem e no urbanismo, nomeadamente arquitectos, engenheiros, artistas plásticos, autarcas e cidadãos;
- 4) No caso do património natural, foram sublinhados, como factores responsáveis pelas agressões ao ambiente e à paisagem registadas na região do Douro, a falta de políticas articuladas, os maus projectos de gestão de recursos, e a falta de informação e de formação dos cidadãos, das empresas e dos executores das políticas;
- 5) De uma maneira geral, assinalou-se também a fraqueza das estruturas locais e a falta de instituições culturais, a ausência de um centro de decisão regional e alheamento, ou fuga às responsabilidades, do próprio Estado.

Deste conjunto de debates fica a ideia de que as intervenções no Douro, na sua generalidade, nas diferentes áreas e sectores, se fazem na ausência de uma visão global e integrada das actividades e recursos, sem que haja, no fundo, uma estratégia de desenvolvimento. Pelo contrário, parecem dominar as visões parcelares e sectoriais, bem como as acções isoladas, descoordenadas, improvisadas, pouco profissionais e com escassa participação dos cidadãos.

A valorização dos recursos do Douro, na sua totalidade, exige uma *visão global, sistémica e integrada do território*. A vinha e o vinho não podem ser pensados isoladamente, o mesmo acontecendo com as intervenções nas outras vertentes da agricultura, na floresta ou nos recursos hídricos; a preservação e valorização do património histórico-cultural, bem como as intervenções urbanísticas, não podem ignorar a vinha e o vinho, que constituem a matriz da identidade da região, nem o património agro-ecológico em geral; «porque o Douro é paisagem e arquitectura paisagística» (CCMT, 1999), também nas intervenções agrícolas há

que envolver arquitectos e paisagistas; sendo o Douro sobretudo gente, há que reflectir os benefícios derivados de cada iniciativa e as condições para a sua distribuição regional com equidade.

Esta perspectiva, a par do que antes dissemos sobre a pluralidade de intervenientes no Douro, assim como sobre a conflitualidade latente, decorrente da diversidade de visões e interesses, apela a um *novo tipo de intervenção*, que classificamos como *centrada nos actores* e promotora da «energia social» da comunidade (Amalric, 1998, citado por Amalric, 1999: 6), definida por oposição a uma intervenção normal, autoritária ou «de cima para baixo», com carácter tecnicista, reducionista, elitista e disciplinar.

Assim, em cada sector, em cada parcela do território, há que agir a partir de uma visão global, tendo em conta o envolvimento activo de diferentes actores sociais e com base num *novo profissionalismo*, assente em princípios e orientações como as seguintes (Amalric, 1999; Cristóvão, 1996; Pimbert e Pretty, 1995):

- 1) entendimento de que os principais protagonistas dos processos de desenvolvimento são os cidadãos e as suas organizações, numa óptica de exercício activo da cidadania;
- 2) definição das prioridades de acção através de processos participados de diagnóstico e decisão, envolvendo técnicos, políticos e cidadãos;
- 3) acção inter ou multidisciplinar, a partir de grupos e equipas que atravessem as fronteiras das instituições, para potenciar as lógicas sistémicas e integradas;
- 4) atitude ou postura «facilitadora» ou «de animação» por parte dos técnicos e políticos, que privilegie o diálogo, a negociação e a mediação, criando confiança entre parceiros e clima para a acção sinérgica;
- 5) valorização do trabalho em rede e/ou parceria, criando plataformas de partilha de informação, debate, negociação, decisão, pressão e acção, envolvendo os diferentes intervenientes, valorizando as suas capacidades para criarem e transformarem saberes e produzirem inovação;
- 6) valorização dos saberes locais e dos sistemas de tecnologia tradicionais e reconhecimento das potencialidades decorrentes da sua integração com os saberes técnico-científicos;
- 7) reconhecimento da diversidade sócio-económica e compreensão das estratégias, necessidades, interesses e recursos de diferentes grupos; e
- 8) distribuição com equidade dos benefícios do desenvolvimento, numa óptica de inclusão social.

Este *novo profissionalismo* começa a ser visível, nomeadamente na acção de algumas associações de desenvolvimento local, mas tem ainda muito escassa representação. É fundamental que se espalhe, substituindo as formas de agir rígidas e burocráticas que continuam a pontuar a acção de técnicos e políticos, na

generalidade dos serviços e instituições ligados ao desenvolvimento. O caminho para uma intervenção *global, sistémica e integrada exige*, por outro lado, caminhar no sentido da definição de *novos mecanismos de financiamento do desenvolvimento*, às escalas regional e local, nomeadamente através de Planos Territoriais, que integrem todos os fundos sectoriais (Animar, 1999; Melo, 1997:2). Exige, fundamentalmente, partindo das palavras de Barreto (1993, 104-105) anteriormente citadas, cidadãos, empresários, técnicos, dirigentes, comerciantes e industriais que saibam valorizar a riqueza e preparar o futuro, ou seja, *poder político com visão, capacidade de representação e defesa de interesses e liderança local e regional*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMALRIC, F. – *Natural Resources, Governance and Social Justice*. «Development». Vol. 42, nº 2 (1999), p. 5-12.
- AMARO, R. Roque – *Desenvolvimento e Injustiça Estrutural*. «Communio». Ano 7, nº 5 (1990), p. 448-459.
- ANIMAR – *Declaração de Amarante: Desenvolvimento Local – Uma Oportunidade de Futuro*. Amarante: Ed. Autor, 1999.
- BARRETO, A. – *Douro*. Lisboa: Edições INAPA, 1993.
- BENNEMA, J. W. – *A Paz Social na Agricultura do Alto Douro*. «DOURO – Estudos e Documentos». Ano 1, nº 2 (1996), p. 287-292.
- BRITO, C. M. – *O Sector do Vinho do Porto numa perspectiva Interorganizacional*. «DOURO – Estudos e Documentos». Ano 1, nº 2 (1996), p. 265-272.
- CÍRCULO Cultural Miguel Torga – *O Douro em Debate. Memória de Quatro Encontros na Casa da Calçada (2)*. São Martinho de Anta: Autor, 1999.
- CÍRCULO Cultural Miguel Torga – *O Douro em Debate. O Património Natural na Região do Douro*. São Martinho de Anta: Autor, 1998.
- COMISSÃO de Coordenação da Região Norte – *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006 – Diagnóstico Prospectivo da Região Norte* (Primeira Versão). Porto: CCRN, 1998.
- CRISTÓVÃO, A. – *Desenvolvimento: Perplexidades, Propostas e Interrogações*. Comunicação ao Seminário «Desenvolvimento Rural e Cooperação Ibero-Americana», Évora, MADERP, 1999.
- CRISTÓVÃO, A. – *Em Busca da Esmeralda Perdida? Contributo para a Reflexão sobre o Mundo Rural Português*. Lisboa: Assembleia da República, Comissão Parlamentar de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, 1998. Comunicação ao Seminário sobre «O Desenvolvimento do Mundo Rural».
- CRISTÓVÃO, A. – *Mudam-se os Tempos, ... Mudem-se os Modelos: Para a Criação de Novas Formas de Interação entre Investigadores, Extensionistas e Agricultores*. «Vida Rural» (1996).

- CRISTÓVÃO, A. e F. Pereira – *Agricultura Biológica: Uma Alternativa para Trás-os-Montes?* «Estudos Transmontanos». N° 6 (1995), p. 239-268.
- DAHRENDORF, R. – *A Quadratura do Círculo: Bem-estar Económico, Coesão Social e Liberdade Política*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- FRIEDMANN, J. – *Empowerment: The Politics of Alternative Development*. Cambridge: Blackwell Pub., 1992.
- KORTEN, D. – *Getting to the 21st Century: Voluntary Action and the Global Agenda*. West Hartford: Kumarian Press, 1990.
- MAX-NEEF, Manfred – *Chamar Desenvolvimento a um Suicídio Colectivo*. «A Rede para o Desenvolvimento Local». N° 7 (1992), p. 17-26.
- MELO, A. – *Développement Rural et Agricole et Agenda 2000*. In GUIHÉNEUF, P.-Y. – «Agriculture et Développement Rural un Enjeu Européen: Débats sur l'Agenda 2000». Saint Gély: Groupe de Bruges, 1997, p. 71-72.
- PIMBERT, M. P. e PRETTY, J. N. – *Parks, People and Professionals: Putting «Participation» into Protected Area Management*. «UNRISD Discussion Paper 57». Geneva: UNRISD, 1995.
- PORTELA, J. – *Agriculture: Is the Art of Localité Back? The Role and Functions of Indigenous Knowledge*. In «Rural Communities». In DENT, J. B e MCGREGOR, M. J. – «Rural and Farming Systems Analysis. European Perspectives». Wallingford: CAB International, 1994, p. 269-279
- PORTELA, J. – *Desenvolvimento das Agriculturas Portuguesas. Da Informação à (In) Comunicação*. «Agroeconomia». N° 2 (1995), p. 17-24.
- PORTELA, J.; AGUIAR, F. B.; ABREU, N. C. de; SANTOS, F.; REBELO, V. e DIAS, J. – *Viticultura e Reestruturação Fundiária na RFA. Relatório de uma Visita de Estudo*. Vila Real: UTAD, 1988.
- SANTOS, Boaventura. S. – *Reinventar a Democracia*. Lisboa: Fundação Mário Soares: Gradiva, 1998.
- VIARD, J. – *Les Campagnes, Enjeu de l'Urbanité de l'Europe*. In GUIHÉNEUF, P.-Y. – «Agriculture et Développement Rural un Enjeu Européen: Débats sur l'Agenda 2000». Saint Gély: Groupe de Bruges, 1997, p. 11-18.

